



INSTITUTO FEDERAL
RIO DE JANEIRO

Código: **RIO - 05**

CONCURSO PÚBLICO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

EDITAL Nº 06/2022

GESTÃO AMBIENTAL
Meio Ambiente, Gestão da Qualidade e Empreendedorismo, Políticas Ambientais.

CADERNO DE QUESTÕES

Duração: 04h (quatro horas)

Leia atentamente as instruções abaixo:

- 01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:
a) Um **Caderno de Questões**, com 15 (quinze) **Questões da Prova Objetiva**, sem repetição ou falha, e 3 (três) **Questões da Prova Discursiva**, conforme distribuição abaixo:

PROVA OBJETIVA		QUESTÕES DISCURSIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
CONHECIMENTOS DIDÁTICO - PEDAGÓGICOS	LEGISLAÇÃO E ÉTICA	
1 a 10	11 a 15	3

- b) Um **Caderno de Respostas** com **Folhas de Respostas da Prova Objetiva** e das **Questões Discursivas**.

- 02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na Folha de Respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
- 03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas da Prova Objetiva, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 04 Na Folha de Respostas da Prova Objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D

- 05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 04 (quatro) alternativas classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06 As respostas das Questões Discursivas deverão ser transcritas para as Folhas de Respostas das Discursivas do Caderno de Respostas, respeitando o número da questão. Utilize somente as linhas e/ou páginas necessárias à sua resposta no espaço disponibilizado para cada questão.
- 07 Somente depois de decorrida 01 (uma) hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu Caderno de Respostas, seu Caderno de Questões e retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova descumprindo o aqui disposto deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do Concurso, que será lavrado pelo Coordenador do Local.
- 08 Ao candidato, será permitido levar seu CADERNO DE QUESTÕES a partir de 01 (uma) hora para o término da prova e desde que permaneça em sala até esse momento.
- 09 Não será permitida a cópia de gabarito no local de prova. Ao terminar a prova de Conhecimentos, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu CADERNO DE RESPOSTAS e o seu CADERNO DE QUESTÕES, ressalvado o estabelecido no item 07.
- 10 Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões não serão levados em consideração.
- 11 Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS DIDÁTICO - PEDAGÓGICOS

1. A primeira década do século XXI foi marcada por mudanças na agenda política educacional e social do país. Dentre as reformas implementadas, destaca-se a promulgação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, um marco no conjunto das transformações pelas quais a educação profissional passaria ao longo dos últimos anos. De acordo com o art. 1º desse Decreto, a educação profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- A) I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação
- B) I - educação básica, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação
- C) I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; III - educação superior
- D) I - educação básica para trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; III - educação superior e de pós-graduação

2. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram concebidos como uma nova instituição que articula dois níveis de ensino: a educação profissional, que está relacionada com a educação básica, e a educação tecnológica, vinculada ao ensino superior. Segundo o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições, os Institutos Federais são equiparados:

- A) ao Colégio Pedro II
- B) às Escolas Técnicas Federais
- C) às Universidades Federais
- D) aos Centros Federais de Educação Tecnológica

3. A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), em 2008, surge como uma via para ampliar a oferta da educação profissional e tecnológica no país trazendo como referência de ensino, dentre outras, uma concepção de formação para o trabalho diferenciada, enfatizando a prática pedagógica pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para os docentes, esse novo arranjo institucional representa o desafio de “construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 2010).

De acordo com a Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, dentre as suas finalidades e características, cabe aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia promover a:

- A) segmentação e a horizontalização da educação básica à educação profissional e à educação superior
- B) integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior
- C) segmentação e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior
- D) integração e a horizontalização da educação básica à educação profissional e à educação superior

4. A formação de técnicos se desenvolveu ao longo dos anos pela valorização enfática do conhecimento específico e prático, com ênfase no domínio de competências e habilidades técnicas e na capacidade de se adaptar às constantes mudanças exigidas no mundo do trabalho. A superação deste modelo requer, especialmente do docente, a consciência sobre a amplitude e complexidade da sua prática pedagógica, compreendendo a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura na formação integral dos trabalhadores que, sendo sujeitos históricos, deverão ser capazes de decidir, intervir e mudar a realidade na qual estão inseridos.

O texto acima remete às mudanças na relação entre o trabalho e a educação que, no Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, também está presente na premissa da:

- A) formação tecnicista
- B) dualidade estrutural
- C) educação literária e científica
- D) centralidade do trabalho como princípio educativo

5. De acordo com a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), capítulo IV, do Direito à Educação, pode-se afirmar que cabe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- A) o sistema educacional inclusivo, preferencialmente no nível básico, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, e a formação tecnicista
- B) a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas
- C) o acesso restrito à educação básica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas
- D) o acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, exclusivamente, no sistema escolar

6. Segundo Ramos (2002), em “A Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?”, existem três principais atuais matrizes dos métodos de investigação de competências. São elas:

- A) condutivista, funcionalista e construtivista
- B) funcionalista, interacionista e positivista
- C) dialética, condutivista e construtivista
- D) positivista, construtivista e funcionalista

7. De acordo com o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

- A) formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional tecnológica de graduação
- B) educação profissional tecnológica de graduação; educação profissional tecnológica de pós-graduação
- C) formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio
- D) educação profissional técnica de nível médio; educação profissional tecnológica de pós-graduação

8. Conforme Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007), é preciso articular a instituição com familiares dos estudantes e a sociedade em geral, resgatar a escola como um lugar de memória e não reduzir a educação às necessidades do mercado de trabalho.

Segundo Ciavatta (2005), os pressupostos descritos acima referem-se:

- A) àqueles que os sistemas e instituições devem considerar para a elaboração do projeto político-pedagógico do ensino médio integrado à educação profissional
- B) ao processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social
- C) às ações desencadeadas, orientadas por um regime de coordenação e cooperação entre as esferas públicas em vários níveis
- D) ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno

9. De acordo com o documento “Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica”, os Institutos Federais respondem à necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública (BRASIL, 2010).

Com base nesse documento, é correto afirmar que:

- A) em relação à educação profissional e tecnológica, existe uma concepção de caráter funcionalista para atender aos objetivos determinados pelo capital no que diz respeito ao seu interesse por mão de obra qualificada
- B) o sentido de política pública que o governo adota nesse sentido mostra que é pública por estar vinculada ao orçamento e aos recursos de origem pública
- C) os Institutos Federais atendem a diferentes orientações do governo, como a centralidade do mercado, a hegemonia do desenvolvimento industrial e um caráter pragmático e circunstancial para a educação profissional e tecnológica
- D) os Institutos Federais assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais

10. No cumprimento dos objetivos da educação nacional, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, preconiza que a Educação Profissional e Tecnológica:

- A) é obrigatória, com duração de 9 (nove) anos, gratuita na escola pública e terá por objetivo a formação básica do cidadão
- B) integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia
- C) para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância
- D) estabelecerá os padrões de desempenho esperados, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular

LEGISLAÇÃO E ÉTICA

11. Com base na docência destinada ao ensino fundamental, o Prefeito do Município X pretende implementar melhorias na área de educação, com a contratação de professores habilitados para tal fim, nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público.

À vista disso, o ingresso de professores para provimento nos cargos efetivos de carreira do magistério público do referido Município, em atendimento à valorização profissional da Educação deverá ser realizado, à luz da Lei nº 9.394/96, por meio de:

- A) carta-convite
- B) concurso público de provas e títulos
- C) empresa privada de recrutamento de pessoas contratada pela Municipalidade para essa finalidade
- D) simples inscrição efetuada pelos professores candidatos junto ao sistema de cadastro do Município em pauta

12. Determinado litigante, há mais de 5 anos demitido pela Administração Pública Federal como servidor estável de cargo efetivo, por ele anteriormente ocupado durante o período de 5 (cinco) anos no Ministério da Agricultura, obteve decisão judicial transitada em julgado, no sentido de invalidar a sua demissão perante a União, com ressarcimento de todas as vantagens pecuniárias provenientes do seu cargo.

Nesse caso, o retorno do litigante ao existente e não provido cargo por ele anteriormente ocupado, à luz da Lei nº 8.112/90, deverá ser por:

- A) reintegração
- B) promoção
- C) readaptação
- D) reversão

13. Determinado servidor público civil federal, para o desempenho de suas funções, percebe, além dos seus vencimentos, o recebimento de diárias, com base em legislação específica aplicável à espécie. Nesse caso, o recebimento de diárias, com base na Lei nº 8.112/90, a título de vantagem representa:

- A) uma gratificação
- B) um adicional
- C) uma indenização
- D) uma promoção

14. Luís exerce o cargo de professor auxiliar em Universidade Federal e pretende afastar-se de suas funções para prestar colaboração a outra instituição federal de ensino. Para que ele mantenha todos os direitos e vantagens previstos em lei, é necessário observar determinadas obrigações, **EXCETO** a:

- A) autorização do dirigente máximo da instituição federal de ensino
- B) aprovação no estágio probatório do cargo em que ocupa
- C) titulação de mestre independentemente do tempo ocupado no cargo
- D) vinculação a projeto com prazo e finalidade objetivamente definidos

15. Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. De acordo com o art. 6º, da Lei nº 11.892/08, uma das finalidades dos Institutos Federais é:

- A) avaliar e supervisionar as instituições e os cursos de educação superior
- B) criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial e registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior
- C) desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais
- D) ministrar, em nível de educação superior, cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia

QUESTÕES DISCURSIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 1

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, art. 170, “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”, observados alguns princípios, dentre eles, o inciso VI que se refere à “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”.

O estudo prévio do impacto ambiental, também instituído na Constituição, inciso IV, art. 225, possibilita, dentre outras coisas, o levantamento dos aspectos ambientais mais relevantes da organização e seus respectivos impactos. Este levantamento permite a realização de medidas mitigadoras e/ou compensatórias a partir dos impactos negativos ao meio ambiente, minimizando seus efeitos nos serviços ambientais obtidos da natureza.

- a) Na Avaliação Ecológica do Milênio (AEM), foram consolidados alguns benefícios obtidos através da natureza, os chamados serviços ambientais. Descreva cada um dos serviços ambientais constantes na AEM, explicitando sua importância.
- b) O tratamento diferenciado na defesa do meio ambiente, preconizado na Constituição, deve ser proporcional ao impacto gerado, tema também tratado nos indicadores brasileiros para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O ODS 9 prevê ações para indústrias de porte pequeno, médio ou grande.

Qual a importância do estudo prévio de impacto relacionado ao processo de licenciamento ambiental no contexto do ODS 9?

QUESTÃO 2

Leia o texto a seguir e responda às questões **a** e **b**.

A preocupação com o meio ambiente deu início a inúmeros debates no mundo inteiro. A primeira Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (1972) foi um marco histórico para as políticas ambientais, pois deu luz à urgência de tratar problemas decorrentes da gestão industrial e urbana, bem como sobre a racionalização do uso de recursos naturais para que ocorra redução dos impactos gerados pela poluição. Desde então, inúmeras conferências ocorreram e fomentaram a construção de diversas políticas ambientais em todo o mundo. No Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (BRASIL, 1981).

- a) A cidade do Rio de Janeiro sediou importantes debates sobre o tema, como por exemplo a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, também conhecida como Eco 92, que teve importantes avanços, pois ocorreu em um cenário de mudanças. Anos mais tarde, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20, além de levantar novas questões sobre o meio ambiente, também consolidou alguns conceitos fundamentais debatidos na Rio 92.

Discorra sobre os principais temas discutidos nas duas conferências e sobre esses conceitos.

- b) A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) trouxeram novas discussões e pautas que incluem a preservação do meio ambiente como uma das três dimensões para o desenvolvimento sustentável. Diferentes perspectivas foram abordadas para a construção dessa agenda, ao se comparar com a primeira Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que ocorreu em 1972. As preocupações ambientais com as cidades ganharam espaço nas discussões, incluindo, por exemplo, o adequado gerenciamento dos resíduos, além do uso eficiente da água e energia.

Quais ODS você destacaria como afetos ao tema resíduos? De que forma os ODS abordam o tema resíduos?

QUESTÃO 3

A emergência ambiental, sobretudo a questão das mudanças climáticas, coloca toda a humanidade diante de um desafio. Desde estudos históricos, como os do “Clube de Roma” e o relatório “Nosso Futuro Comum” da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, somos provocados a propor novas formas de viver e produzir.

Explicita como os elementos de inovação e empreendedorismo se conectam com essas demandas na construção de sustentabilidade, perpassando pela governança ambiental global.

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 1

1

5

10

15

20

25

30

35

RASCUNHO

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 1

40

45

50

55

60

65

70

RASCUNHO

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 2

1

5

10

15

20

25

30

35

RASCUNHO

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 2

40

45

50

55

60

65

70

RASCUNHO

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 3

1

5

10

15

20

25

30

35

RASCUNHO

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 3

40

45

50

55

60

65

70

RASCUNHO